

Enfoque Econômico é uma publicação do IPECE que tem por objetivo fornecer informações de forma imediata sobre políticas econômicas, estudos e pesquisas de interesse da população cearense. Por esse instrumento informativo o IPECE espera contribuir para a disseminação, de forma objetiva, do conhecimento sobre temas relevantes para o desenvolvimento econômico do Estado do Ceará.

O Ceará experimentou um aumento de 71% na taxa de mortalidade feminina por agressões de 2016 para 2017.

1. Introdução

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (2012), a violência contra a mulher vai muito além da agressão física. Esta pode se manifestar na forma de agressões verbais, abuso emocional e psicológico (como intimidações, menosprezos e humilhações) e coerção sexual que podem ocorrer diariamente na vida de uma mulher. Ainda que este tipo de violência possa se manifestar nos mais diversos tipos de ambiente, seja no trabalho, escola ou até mesmo na rua, a maioria dos casos de violência contra a mulher são perpetrados pelos parceiros nos quais se envolvem sexual e emocionalmente. Desta maneira, a OMS estima que, entre as mulheres latino-americanas, pelo menos 60% destas já sofreu algum tipo de violência por parte de seus parceiros (ou ex-parceiros) ao longo de suas vidas.

Caracterizado como um homicídio por razões de condição do sexo feminino, o feminicídio é a consequência mais severa e extrema da violência contra a mulher. São diversos os motivos que podem ser considerados como fatores de risco para a violência contra a mulher e, conseqüentemente, para o feminicídio. Estes encontram-se a nível individual, intra-domiciliar, bem como de toda uma sociedade. Assim, fatores como o desemprego, abuso de substâncias psicoativas (álcool e drogas ilícitas), fatores econômicos do domicílio, desigualdade de gênero prevalentes em uma sociedade, cultura de machismo e violência urbana são fenômenos que podem levar a pôr em risco a vida de uma mulher.

Um dos maiores problemas enfrentados pelos pesquisadores da área social ao estudar a violência contra mulher é escassez de fonte de dados. A coleta de dados sobre este fenômeno é de extrema complexidade, uma vez que é necessário conhecer o perpetrador e a razão do crime (ao tratar de feminicídio). Um esforço recente em coletar dados primários sobre violência doméstica tem sido realizado pela Universidade Federal do Ceará, em conjunto com o Instituto Maria da Penha, através da Pesquisa de Condições Socioeconômicas e de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, a qual mostra que 36,5% das mulheres em Fortaleza já experimentaram algum tipo de violência perpetrada pelo parceiro (ou seja, violência emocional, física ou sexual) (Carvalho, De Oliveira e Brasil, 2018). No presente Enfoque Econômico, a variável adotada como medida de violência contra a mulher é a taxa de mortalidade por agressões, a qual recorre aos óbitos de mulheres por agressão disponibilizada no DATASUS e à população de mulheres disponibilizadas pela a PNAD Contínua do IBGE.

2. Número de óbitos de mulheres por agressão.

De acordo com os últimos dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), considerando os últimos cinco anos (2012 a 2017), o número de óbitos de mulheres por agressão saltou de 219 para 372 neste período. Especificamente, em 2017, este indicador foi 48% maior do que a média estabelecida entre 2012 e 2016 (251 óbitos). Esse crescimento no número de óbitos de mulheres por agressão também é observado no contexto regional e nacional, como mostra a Tabela 1.

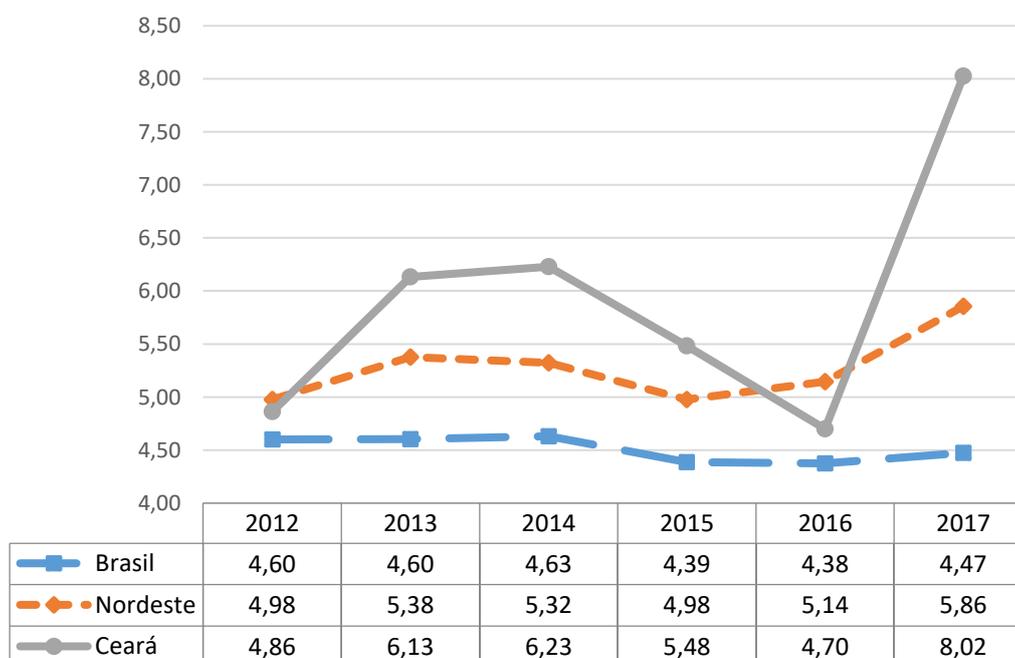
Tabela 1: Mortes de mulheres por agressões de 2012 a 2017 para Ceará, Nordeste e Brasil.

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	4719	4762	4832	4616	4635	4787
Nordeste	1423	1546	1542	1451	1513	1731
Ceará	219	278	285	254	218	372

Fonte: Datasus/ Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM). Elaboração: IPECE.

O Gráfico 1 a seguir, ilustra a evolução da taxa de mortalidade de mulheres por agressões para os anos de 2012 a 2017 para o Ceará, Nordeste e Brasil. Esse indicador aponta o risco de morte por agressão entre as mulheres. Em 2012, no Ceará, a taxa de óbitos por agressão entre as mulheres era de 4,86 por 100 mil, a qual se encontrava abaixo da taxa observada para o Nordeste (4,98 por 100 mil) e acima da taxa do Brasil (4,6 por 100 mil). Esse indicador subiu para 6,23 por 100 mil em 2014, superando a taxa do Nordeste, mas voltando a patamares inferiores em 2016 (4,7 por 100 mil). Em 2017, houve um crescimento de 71% da taxa de óbitos de mulheres por agressão em relação a 2016 (e mais de 65% em relação a 2012), alcançando o nível de 8 óbitos por 100 mil mulheres. Enquanto isso, o país experimentou uma queda na taxa de óbitos de mulheres por agressão de 2,7% entre 2012 e 2017, apesar de haver um pequeno crescimento entre 2016 e 2017. Em 2017, o Ceará apresenta uma taxa de mortalidade de mulheres por agressão 37% acima da taxa regional e 79% acima da taxa nacional.

Gráfico 1: Taxa de mortalidade por agressões por 100.000 mulheres de 2012 a 2017.



Fonte: Pnad Contínua/Datasus/SIM. Elaboração: IPECE.

Depois de estabelecer a comparação frente a tal fenômeno, com o nível nacional e regional, o Quadro 1 fornece uma comparação entre o estado do Ceará e as demais unidades da federação, ao estabelecer um ranking em ordem decrescente das taxas de homicídios femininos por agressões.

Em 2012, o ranking apresentava o Espírito Santo como o estado com maior taxa (8,42) de homicídios femininos, seguido por Roraima (7,85) e Alagoas (7,79) em terceiro lugar. O Ceará encontrava-se na 16ª posição com a taxa de 4,86, enquanto o Piauí (2,80) e São Paulo (2,84) ocupavam o último e penúltimo lugar, respectivamente.

Quadro 1: Ranking das UF's da Taxa de Mortalidade feminina por agressões.

UFs	2012	Posição	2017	Posição	Taxa de Variação (%)
Rondônia	5,92	10º	6,79	8º	14,7
Acre	4,21	21º	8,27	2º	96,2
Amazonas	6,55	7º	5,79	13º	-11,5
Roraima	7,85	2º	11,59	1º	47,6
Pará	5,88	11º	7,22	7º	22,9
Amapá	4,83	17º	6,00	12º	24,3
Tocantins	6,83	5º	4,79	17º	-29,9
Maranhão	3,34	24º	3,53	22º	5,5
Piauí	2,80	27º	3,13	24º	11,5
Ceará	4,86	16º	8,02	4º	65,0
Rio Grande do Norte	3,76	23º	8,05	3º	114,4
Paraíba	6,79	6º	4,25	19º	-37,5
Pernambuco	4,51	18º	6,20	11º	37,6
Alagoas	7,79	3º	6,25	10º	-19,8
Sergipe	5,57	14º	6,47	9º	16,1
Bahia	5,61	13º	5,73	14º	2,2
Minas Gerais	4,40	19º	3,42	23º	-22,3
Espírito Santo	8,42	1º	7,23	6º	-14,2
Rio de Janeiro	4,21	22º	4,22	21º	0,3
São Paulo	2,84	26º	1,95	27º	-31,1
Paraná	5,72	12º	4,25	20º	-25,7
Santa Catarina	3,13	25º	3,05	25º	-2,7
Rio Grande do Sul	4,29	20º	5,06	16º	18,0
Mato Grosso do Sul	6,07	9º	4,43	18º	-27,0
Mato Grosso	6,42	8º	5,41	15º	-15,6
Goiás	7,59	4º	7,37	5º	-2,9
Distrito Federal	5,34	15º	2,88	26º	-46,1

Em seguida, comparando o mesmo ranking para os anos de 2012 e 2017, observa-se uma alteração no quadro, onde Roraima mostrou-se como o estado com maior taxa de homicídios femininos (11,59) e o Acre ocupou o segundo lugar com uma taxa de 8,27 homicídios. Já o Ceará obteve um crescimento expressivo ao passar da 16ª posição para a 4ª, atingindo dessa maneira, a segunda maior taxa do Nordeste (abaixo do Rio Grande do Norte, cuja taxa estabeleceu-se em 8,05) e o estado com o terceiro maior aumento entre o período estabelecido (superado apenas pelo Rio Grande do Norte e o Acre que obtiveram um aumento de 114,4% e 95%, respectivamente). Em penúltimo e último lugar para o mesmo ano, encontram-se o Distrito Federal (2,88) e São Paulo (1,95).

3. Conclusão.

A criação da Lei Maria da Penha em 2006 e, mais recentemente, a Lei do Femicídio, em 2015, deixam claro que a preocupação e a atenção à mulher vêm ganhando cada vez mais espaço na pauta de formulação de políticas públicas. Não obstante, com este enfoque foi possível averiguar que, apesar da dificuldade de obter dados sobre este tema, utilizando a mortalidade feminina por agressões como uma proxy para o feminicídio, revela-se uma situação preocupante no Brasil. O aumento expressivo de mais de 65% desta taxa em 5 anos no Ceará, culminando em uma taxa de 8,02 homicídios em 2017, apontam o estado como um destaque quanto a este tema em relação ao demais estados brasileiros e, principalmente, entre os demais estados do Nordeste.

Com tal cenário analisado para o estado do Ceará, deve-se salientar que o feminicídio é a etapa final, e mais agravante, de uma contínua violência contra a mulher. Deste modo, o mesmo, na maioria dos casos, é algo que pode ser evitado. Sabe-se que muito já foi feito em relação a políticas fins de violência contra mulher. No entanto, deve-se investir em políticas educativas (preventivas) que conscientizem os jovens desde o início da importância da igualdade de gênero e respeito à mulher. Tais políticas tornam-se fundamentais para evitar que tal fenômeno se perpetue e, principalmente, evitar chegar ao seu agravante.

4. Referência Bibliográfica:

Carvalho JR, De Oliveira VH, Brasil A. **The PCSVDFMulher Study: New Data, Prevalence, Correlates of Domestic Violence in Brazil.** Texto para Discussão N.30, CAEN/UFC.

WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. **Understanding and addressing violence against women: Intimate partner violence.** World Health Organization, 2012.

Governador do Estado do Ceará

Camilo Sobreira de Santana

Vice-Governadora do Estado do Ceará

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG

José Flávio Barbosa Jucá de Araújo – Secretário (respondendo)

José Flávio Barbosa Jucá de Araújo – Secretário Executivo de Gestão

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto – Secretário Executivo de Planejamento e Orçamento

Ronaldo Lima Moreira Borges – Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

Diretor Geral

João Mário Santos de França

Diretoria de Estudos Econômicos – DIEC

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

Diretoria de Estudos de Gestão Pública – DIGEP

Marília Rodrigues Firmiano

Gerência de Estatística, Geografia e Informação – GEGIN

Rafaela Martins Leite Monteiro

ENFOQUE ECONÔMICO – Nº 210 – Setembro/2019

DIRETORIA RESPONSÁVEL:

Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

Título:

Violência contra a mulher no Ceará: Taxa de mortalidade por agressões para os anos de 2012 a 2017.

Elaboração:

Victor Hugo de Oliveira Silva (Analista de Políticas Públicas)

Colaboração:

Rayén Heredia Peñaloza (Técnica)